

POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA INCLUSÃO DE UM ALUNO CEGO NO ENSINO À DISTÂNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

FORTALEZA/CE Abril/2016

Alexandre Guimarães Bezerra Cavalcante - Universidade de Fortaleza - UNIFOR -
cavalcantedocente74@gmail.com

Lana Paula Crivelaro Monteiro de Almeida - Universidade de Fortaleza - UNIFOR - lanapaula@unifor.br

Andrea Chagas Alves de Almeida - Universidade de Fortaleza - UNIFOR - andrea_chagas@unifor.br

Tipo: RELATO DE EXPERIÊNCIA INOVADORA (EI)

Categoria: ESTRATÉGIAS E POLÍTICAS

Setor Educacional: EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESUMO

A inclusão de estudantes com necessidades especiais nos cursos de nível superior surge como um desafio a ser superado nas instituições e tornam-se ainda mais incipientes quando essa realidade chega à Educação à Distância. Grande parte da literatura sobre o tema destaca as barreiras atitudinais e pedagógicas encontradas na interação com os docentes, apontando-as como um obstáculo mais importante para a inclusão dos estudantes com deficiência do que as barreiras físicas. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência do ensino à distância de um estudante cego matriculado na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico do Núcleo de Educação à Distância de uma Instituição de nível superior na cidade de Fortaleza-Ceará no semestre letivo 2015.2, o qual descreverá os desafios encontrados, as estratégias utilizadas e planejadas para implementação de um processo de ensino-aprendizagem eficaz. Na escolha e criação de estratégias de ensino ao final do semestre identificou-se que a integração e vínculo docente-discente em uma construção coletiva, possibilita maior autonomia do estudante além de um aprofundamento do conhecimento docente no que diz respeito ao processo de inclusão.

Palavras-chave: Acessibilidade; inclusão; ensino-aprendizagem.

1. Introdução

A Inclusão de alunos com necessidades especiais em disciplinas regulares do ensino superior é uma tarefa complexa e desafiadora. Todo cidadão tem direito de participar da vida social, e pode-se citar aqui o direito ao acesso no ensino superior. Contudo é necessário ressaltar que na prática, poucos avanços tiveram nessa área. O que se percebe é a dificuldade enfrentada pelos alunos que demandam alguma limitação durante o processo de ensino e aprendizagem na universidade.

Nesse sentido é relevante que possamos refletir sobre questões significativas para o processo de inclusão no ensino superior, que, muitas vezes, pode causar constrangimentos frente a circunstâncias inesperadas por parte de instituições das quais temos uma grande expectativa de serem estas, as mais avançadas em termos de propostas e de novos paradigmas.

Trata-se de um contexto que exige do educador múltiplos saberes da prática educativa, principalmente porque pressupõe o respeito às diferenças existentes entre os educandos, independentemente de sua capacidade ou dificuldade, de sua origem socioeconômica ou cultural. Quando essa realidade está presente em disciplina na modalidade à distância (EaD) o desafio torna-se ainda maior, tendo em vista as especificidades dessa modalidade de ensino.

Nesse ínterim, a inclusão social das pessoas com deficiência ganhou força após a Segunda Guerra Mundial, onde foi inaugurada uma concepção de direitos individuais, com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU, em 1948. Os direitos humanos passaram a ser vistos como uma unidade universal, indivisível, interdependente e inter-relacionada, do interesse de todas as nações. Cada indivíduo, como sujeito de direitos, deveriam ter, dali em diante, os seus direitos humanos protegidos também na esfera internacional, admitindo-se a possibilidade de intervenções supranacionais, em um país, nesta matéria (TRINDADE, 1998).

Logo, criaram-se mecanismos e instituições de proteção dos direitos humanos e a grande maioria dos países aderiu a esses instrumentos, incorporando à sua legislação normas condizentes com a orientação internacional, incluindo as que se referem à proteção das pessoas que têm deficiência. Em 1993, o Brasil instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, trazendo entre suas diretrizes a determinação de incluir a pessoa com deficiência em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, saúde, trabalho, edificação pública, seguridade social, transporte, habitação, cultura, esporte e lazer (BRASIL, 1993, art. 5º, inc. III).

A partir daí, iniciou-se no país uma discussão mais significativa para a inclusão educacional dos jovens com deficiência. Até então, poucos deles conseguiam estudar em escolas regulares e eram raros os que chegavam a fazer um curso de nível superior, pela falta de adaptações e estrutura de apoio nas instituições de ensino. A legislação específica para assegurar às pessoas com deficiência física e sensorial condições básicas de acesso e permanência na educação superior só surgiu em 1999, com a Portaria n.º 1.679 de 2 de dezembro de 1999 do Ministro de Estado da Educação, que incluiu requisitos de acessibilidade nos instrumentos de avaliação dos cursos de nível superior, listados no mesmo documento.

Sabe-se que a aprendizagem ocorre quando uma série de condições é satisfeita, tais como: quando o aluno é capaz de relacionar a nova informação com os conhecimentos e experiências prévias e familiares que possui em sua estrutura de conhecimentos? quando tem motivação e disposição de aprender significativamente? quando os materiais e conteúdos de aprendizagem têm significado potencial lógico? quando existem materiais e instrumentos apropriados, assim como uma adequada organização de tipos específicos de atividades e de estratégias de ensino oferecidas (HARIS? HODGES, 1999).

No processo educacional de estudantes cegos, a utilização de estratégias de ensino deve, também, considerar: o grau de aceitação da condição de ser cego? as implicações decorrentes da cegueira? as características e o funcionamento próprios de cada sentido – tato, olfato, audição, paladar? além de instrumentos e recursos didáticos disponíveis na atualidade, tais como: a leitura através do Sistema Braille, o Sorobã para os cálculos matemáticos, a audição de livros falados, os materiais

didáticos adaptados, a tecnologia, os objetos concretos e reais que o rodeiam, além das proposições didáticas e da formação do professor que deve ser conceitual, reflexiva e prática (BRUNO, 2005).

Vale ressaltar que os estudantes cegos são como quaisquer outros. Este é o postulado principal a ser compreendido por todos os educadores que trabalhem com deficientes visuais. Eles têm, basicamente, as mesmas necessidades emocionais, intelectuais e físicas relativas a todo ser humano. Portanto, cabe ao professor perceber essa similitude, sem esquecer da individualidade de cada uma e, como afirma Amaral (1999, p. 83):

ter confiança na sua experiência e conhecimento (como ser humano e profissional), " além de " estabelecer níveis realísticos de expectativas para o aluno, quer na escola, quer no lar (tanto no que se refere às aquisições de conhecimentos e habilidades, quanto à disciplina e conduta). O aluno responde bem quando sabe que é esperado dele e quando o esperado está de acordo com suas habilidades.

Logo, é importante que o estudante cego seja orientado a seguir as mesmas regras da sala de aula e as normas de disciplina, exatamente como qualquer outro aluno deve seguir. Deve ser estimulado a participar de todas as atividades do dia a dia escolar, sendo-lhe apresentadas alternativas que o tornem capaz de realizá-las com o mesmo nível de dificuldade conferido aos demais alunos.

Essa realidade torna-se um desafio frente à inclusão de estudantes cegos em disciplinas em EaD, uma vez que para essa modalidade são utilizadas muitas ferramentas áudios visuais. Morgan (2002) aponta que a EaD é um processo de ensino-aprendizagem, no qual professores e alunos não estão normalmente juntos, fisicamente. Eles estão separados espacial e/ou temporalmente, mas conectados, interligados por tecnologias, principalmente as telemáticas, como a Internet. Nessa comunicação também podem ser utilizados o correio, o rádio, a televisão, o vídeo, o CD-ROM, o telefone, o fax e tecnologias semelhantes.

O ensino superior de Educação a distância foi legalizado no Brasil com a LDB. Ao longo dos tempos, foi possível com a Internet, passar do modelo por correspondência para o digital. O brasileiro aprende rapidamente, é flexível, adapta-se a novas situações. A EaD sempre esteve vinculada no Brasil ao ensino técnico, desde a década de 40 com o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro. Depois ao ensino de adultos - os antigos supletivos - com os Telecurso. Considera-se que por estes motivos, ainda existe o preconceito com a EaD principalmente no ensino superior (MORGAN, 2002).

Luzzi (2007) considera que o EaD exerce uma influência significativa na transformação do paradigma educativo tradicional, e é uma oportunidade para repensar o papel da educação no atendimento das demandas da sociedade do conhecimento, que provoca transformações em todas as esferas sociais no início do século XXI. A educação a distância não deve ser tratada como um modelo compensatório do ensino presencial, e sim como parte integrante, como um importante elemento que pode impulsionar a transformação das práticas educativas em todos os níveis de ensino.

Nesse íterim um instituição particular de ensino superior na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, vêm implementado melhorias contínuas no Núcleo de Educação à Distância - NEaD, recebendo alunos de todos os cursos da Universidade através de ofertas de disciplinas que possam ser cursadas por um universo grande de alunos matriculados nos mais diversos cursos da instituição.

2. Objetivo

Relatar os desafios e possibilidades do ensino à distância de um estudante cego matriculado em uma disciplina do Núcleo de Educação à Distância de uma instituição particular de ensino superior.

3. Metodologia

O trabalho apresentado traz um relato de experiência do Núcleo de Educação à Distância de uma

instituição particular de ensino superior no município de Fortaleza-Ceará, no acompanhamento de um estudante cego, matriculado na disciplina de Metodologia do Trabalho Científico. Por se tratar de uma situação ainda não vivenciada pelo setor, a equipe do NEaD desenvolveu elementos que subsidiavam uma prática pedagógica diferenciada para lidar com a questão da inclusão em disciplinas ofertadas na modalidade EaD.

O relato pretende descrever os desafios encontrados pela equipe na diante dessa realidade, as estratégias utilizadas para facilitar o processo de ensino-aprendizagem do estudante e as ações planejadas e executadas para a permanência do aluno na disciplina no decorrer do semestre e garantia de seu aprendizado de maneira satisfatória.

Durante todo o processo de inclusão e discussão de estratégias metodológicas a serem utilizadas, a equipe contou com a participação efetiva do estudante, tornando o processo uma construção coletiva e conseqüentemente com resultados mais satisfatórios. Outros setores da Universidade como o Programa de Apoio Psicopedagógico (PAP) e a biblioteca foram fundamentais no envolvimento deste processo, considerando que a consulta com especialistas da inclusão nos auxilia como conduzir a situação, disponibilizando subsídios técnicos e algumas diretrizes imprescindíveis para garantirmos com este aluno um aprendizado eficaz.

4. Resultados e Discussão

No início do semestre 2015.2 o Núcleo de Educação à Distância se deparou com uma situação inédita, um estudante cego encontrava-se matriculado em uma das disciplinas da modalidade EAD. Ao ser informado dessa situação a equipe de assessores do NEaD, juntamente com o professor da disciplina, passou a se reunir sistematicamente para traçar estratégias de acompanhamento do aluno e discutir um novo olhar para o EaD na perspectiva da inclusão.

Desse modo, lidar com essa nova realidade foi no início um estranhamento, tendo em vista tratar-se de uma disciplina onde os principais recursos utilizados são visuais e adaptá-la à realidade de um aluno cego parecia muito complexo, contudo, com o apoio de toda a equipe, o trabalho passou de complexo a desafiador.

Baseados em Sanchez (2001), entende-se como estratégias de ensino os procedimentos que incluem operações ou atividades que perseguem um propósito determinado. São, portanto, mais que habilidades de estudo. A execução das estratégias de ensino ocorre associada com outros tipos de recursos e processos cognitivos de que dispõe qualquer aprendizagem, tal como nos exemplos citados por Harris & Hodges (1999): processos cognitivos básicos? bases de conhecimento? conhecimentos estratégicos e os conhecimentos metacognitivos. Podendo se agrupar, segundo sua efetividade para determinados materiais de aprendizagem, em estratégias de: repasse de informações? elaboração? organização de informações e estratégias de recuperação.

Nesse sentido, o primeiro passo dado pela equipe, foi consultar especialistas para esclarecimentos de como conduzir a situação, para isso contou-se com o auxílio do Programa de Apoio Psicopedagógico (PAP), equipe de psicólogos e psicopedagogos que dão suporte a alunos com dificuldades de aprendizagem na Universidade. A equipe do PAP disponibilizou subsídios técnicos, dando algumas diretrizes de como conduzir o estudante a fim de um aprendizado satisfatório. Portanto, esse momento foi crucial para o professor sentir-se mais seguro, uma vez que pode contar com o auxílio de expertises na área, tendo em vista que na maioria das vezes o professor da disciplina não necessariamente tem uma formação que o habilita a trabalhar com inclusão e acessibilidade.

A disciplina na qual o estudante encontrava-se matriculado, Metodologia do Trabalho Científico, passou por uma reestruturação de seu material didático repensando, sendo assim, foi feita uma avaliação dos recursos utilizados e quais seriam possíveis de utilização pelo estudante cego. Nesse sentido, verificou-se que os vídeos e áudios permitem uma utilização satisfatória, uma vez que os vídeos utilizados não trazem materiais ilustrativos, o que permite, somente com o áudio, um perfeito entendimento por parte do estudante.

Ainda em relação reestruturação dos materiais citados acima foi realizada mediante a colaboração de toda a equipe do NEaD e averiguou-se que programas o aluno possuía para ter acesso aos materiais de estudo, como DOSVOX¹ e JAWS, por exemplo quais estruturas a Universidade têm em relação à acessibilidade, quais mídias eram melhores adaptadas a modalidade EaD e à acessibilidade, quais as linguagens mais adequadas para que um cego pudesse compreender, dentre outros recursos. Logo, o estudante em questão possuía uma ferramenta gratuita, o 1 que trata-se de sistema operacional desenvolvido pelo Núcleo de Computação Eletrônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e permite a leitura de textos em PDF, onde a partir dessa ferramenta, o áudio do texto passa a ser escutado pelo aluno, como áudio descrição.

Mesmo assim, percebeu-se que a utilização dos áudios disponíveis no material didático da disciplina e o DOSVOX não eram suficientes para atingir os objetivos de aprendizagem de cada unidade da disciplina, sendo assim, foram desenvolvidas outras estratégias para auxiliar o aprendizado do estudante.

Cabe aqui definir o termo estratégia, que segundo Manzini (2010), é uma ação que acontece no momento do ensino ou da avaliação do aluno. Porém, deve ser planejada anteriormente, levando em consideração as características da deficiência, as potencialidades do estudante, o objetivo que se pretende com a realização da atividade e o nível de complexidade da atividade exigida.

A estratégia não se resume a passos a serem seguidos exatamente como foram planejados, algo estático, mas, pelo contrário, a estratégia é flexível e passível de ser modificada, caso o professor a identifique como não funcional para o estudante. Por isso, é indispensável que o professor planeje mais de uma estratégia para a realização de uma única atividade (MANZINI, 2010).

Nesse sentido, a cada unidade de ensino foi planejadas estratégias complementares ao processo de ensino aprendizagem a fim de atingir os objetivos de aprendizagem a que aquela unidade se propõe. Assim, podemos citar como exemplo o ensino de construção de mapas conceituais através de estimulação tátil, onde a partir da representação gráfica de um mapa conceitual, identifica-se o passo a passo da construção do mesmo. Para esse tipo de atividade, foi criado um modelo em braille, com setas e símbolos em alto-relevo, facilitando o entendimento do estudante.

Em relação a cada uma das etapas de planejamento foram realizadas com a participação do estudante, o que possibilita uma maior autonomia do mesmo e o desenvolvimento de estratégias que correspondam às expectativas tanto do docente quanto do discente. Nos encontros presenciais para planejamento das estratégias a serem utilizadas, além da presença do estudante e professor, também participam a equipe técnica e pedagógica do NEaD.

Bruno (2005) afirma que ao planejar atividades de ensino e aprendizagem para uma turma com alunos com deficiência visual incluídos, necessário se faz considerar os estímulos a serem priorizados na apresentação das mesmas. O campo de atividades é vastíssimo e variado, pois são semelhantes às aplicadas aos alunos videntes. Em quase todas as atividades há a possibilidade de adaptação, considerando a necessidade da disciplina ministrada, a disponibilidade de espaço físico e o material existente.

O resultado final de todo trabalho desenvolvido para atender as necessidades do aluno cego,

resultou na aprovação deste aluno com nota acima da média e das expectativas que esperávamos alcançar. O desempenho do aluno nesse período foi registrado em imagens e vídeos, que estão documentados no NEaD. Foi feito ainda um vídeo-relato em que o próprio estudante disserta sobre sua experiência com a EaD em geral e a forma como vivenciou a disciplina ao longo do semestre. Antes, limitado apenas à leitura de .PDF através do DOSVOX, o aluno não havia mergulhado no universo acadêmico para desfrutar de todas as possibilidades e oportunidades que a Universidade oferece para todos, desde a biblioteca física e virtual até o acesso ao portal da Universidade e ao ambiente virtual de aprendizagem, disponibilizados para ofertas de cursos/disciplinas em EaD, o que, segundo ele, o fez sentir-se verdadeiramente um estudante universitário.

Portanto, finalizando este artigo e apontando para a importância da disponibilidade do professor-tutor no acompanhamento do estudante cego. Apesar de se tratar de uma disciplina em EaD, os encontros presenciais foram fundamentais para o a garantia do aprendizado do estudante. Sendo assim, durante o semestre foram disponibilizados dois horários para encontros presenciais com o aluno, onde nesse momento o atendimento era exclusivo. Outro ponto importante a destacar é o feedback semanal realizado entre aluno-professor e professor-equipe técnica do setor, o que tem trazido momentos únicos de aprendizagem e crescimento de todos os atores envolvidos.

É importante salientar que não cabe ao professor assumir o papel de terapeuta. Ele deve ser competente naquilo que faz, reconhecer seus limites e procurar superá-los a partir da pesquisa em obras afins, consulta a profissionais especializados em outras áreas, com vistas a utilizar múltiplas estratégias de ensino e avaliação alternativa para atender às necessidades de seus estudantes. Deve-se ressaltar também que é imprescindível acreditar na capacidade que os estudantes cegos têm de aprender e de desenvolver suas potencialidades, no convívio com os alunos sem limitação visual. É importante que haja uma ação provocativa do professor, desafiando a todos os envolvidos a refletirem sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido.

5. Conclusão

Com a experiência relatada, percebe-se uma maior integração e vínculo docente-discente em uma construção coletiva, o que possibilita maior autonomia do estudante e um aprofundamento do conhecimento docente no que diz respeito ao processo de inclusão.

Nota-se que o desenvolvimento das estratégias de ensino que supram algumas deficiências são essenciais para a maior acessibilidade da informação e do conhecimento. No entanto, não basta ter no cerne da temática um posicionamento positivista, como se toda realidade estivesse presente naquilo que se vê estático. É necessário conhecer o que se estuda e, principalmente, conhecer como se deu toda sua construção sociocultural.

Não basta analisar o problema da inclusão de fora. É preciso mergulhar em sua complexidade e conhecer as necessidades culturais e sociais, que superam àquelas biológicas, para enfim poder chegar a conclusões que levem a uma verdadeira inserção social. Em oposição a essa visão positivista, tem-se a “Complexidade” de Edgar Morin, onde se fala na interdisciplinaridade das coisas e na necessidade de avaliar os acontecimentos de forma abrangente, considerando as particularidades. Muito do que se faz hoje são tentativas simples de solucionar problemas complexos. Não se pode ter uma visão simplista de que somente fornecer as ferramentas para que os indivíduos tentem se encaixar na sociedade seja suficiente, mas sim criar uma realidade capaz de absorver as pessoas com necessidades especiais (MORIN, 2006).

A forma como as pessoas com necessidades especiais enxergam a realidade, como elas se sentem em relação à sociedade, como elas lidam com as questões do dia a dia, como recebem informações, mensagens, como se comunicam em ambientes diferentes e novos são questões que devem ser consideradas. E estas questões por sua vez, não podem estar dissociadas à realidade social, desfragmentadas do todo. A incapacidade de conceber a complexidade da realidade antropológica-social, em sua micro-dimensão (o ser individual) e em sua macro-dimensão (o conjunto da humanidade planetária), conduz a infinitas tragédias e nos conduz à tragédia suprema (MORIN, 2006).

Nesse sentido, conclui-se que há a necessidade de novas pesquisas, de aprofundamento a aplicação de princípios que considerem o todo. Assim, como qualquer outro indivíduo, as pessoas com necessidades especiais sentem, se comunicam, se expressam e possuem uma realidade única. Logo, essa realidade única deve ser tratada e considerada como parte integrante e indispensável no bom funcionamento social. Afinal, a sociedade é formada por todas as pessoas que fazem parte dela não podendo, ao contrário do que acontece, ser deixado de lado qualquer indivíduo.

6. Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Decreto n. 914, de 6 set. 1993. **Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências**. Disponível em: Acesso em: 10 de novembro de 2015.

BRUNO? M. M. G. **Avaliação educacional de alunos com baixa visão e múltipla deficiência na educação infantil: uma proposta de adaptação e elaboração de instrumentos**. 2005. 157f. v. 2. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2005.

HARRIS, Theodore L. HODGES, Richard E. **Dicionário de Alfabetização**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

LUZZI, D. A. **Os Desafios da Educação a Distância no Contexto Latino-Americano**. Disponível em: Acesso em: 15 de novembro de 2015.

MANZINI, E. J. Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência física In: MANZINI, E. J.? FUJISAWA, D. S. **Jogos e recursos para comunicação e ensino na educação especial**. Marília: ABPEE, 2010.

MORAN, J. M. A educação superior a distância no Brasil. In: SOARES, M. S. A. (Org.) **A Educação Superior no Brasil**. Brasília, CAPES - UNESCO, 2002. p. 251-274.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

TRINDADE, José Damião de Lima. Anotações sobre a história social dos direitos humanos. In: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO. **Direitos humanos: construção da liberdade e da igualdade**. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, 1998.

Notas

¹ O DOSVOX possui um conjunto de ferramentas e aplicativos próprios além de agenda, chat e jogos interativos. Pode ser obtido gratuitamente por meio de “download” a partir do site do projeto DOSVOX: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox>.